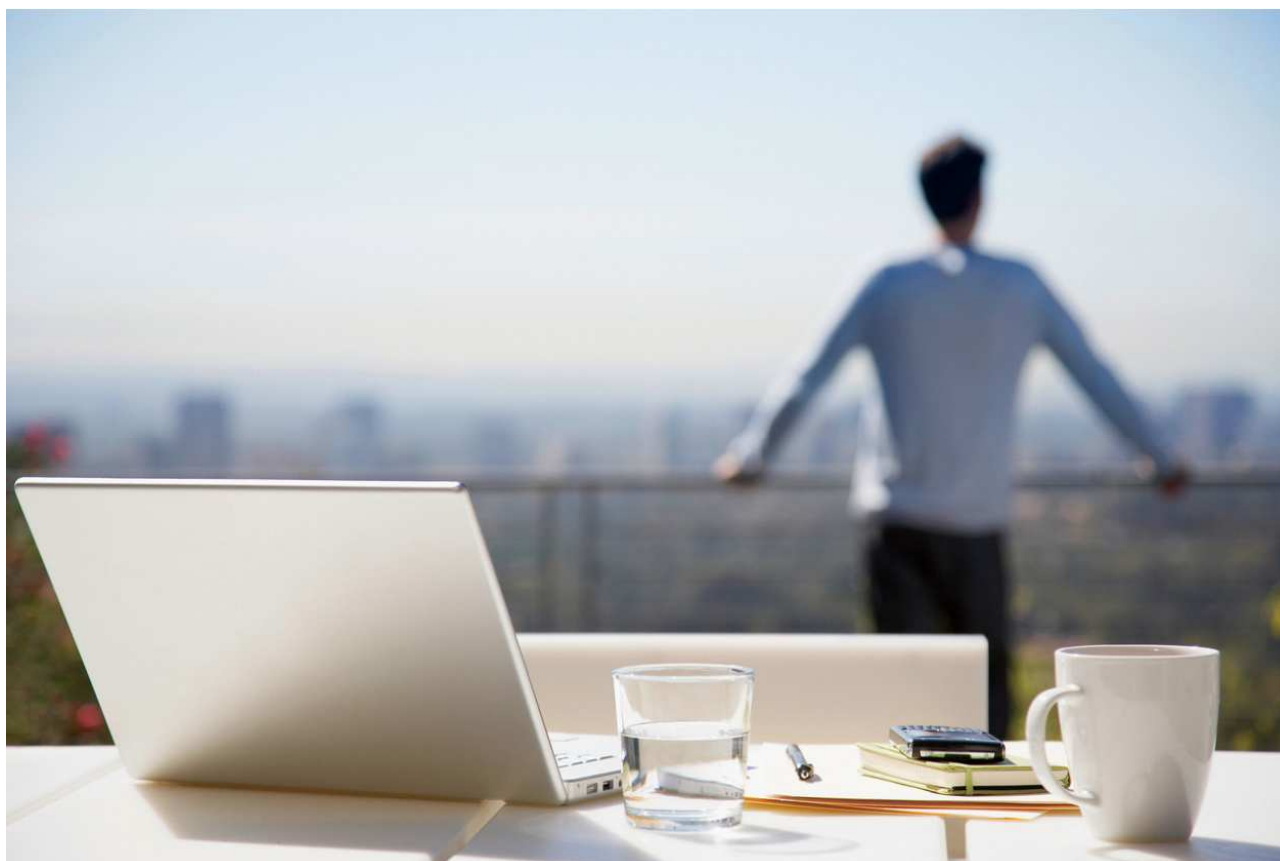


MOBILIDADE

Trabalho à distância leva portugueses para cidades médias



Imobiliárias têm mais procura por moradias, terrenos e quintas. **Regiões com menor densidade populacional ganham habitantes**

ID: 6952018

RAQUEL ALBUQUERQUE

Assim que ficou em teletrabalho, Alexandra deixou Lisboa e regressou a Castelo Branco, onde nasceu e tem família. Se podia trabalhar a partir de casa e só precisava de ir ao escritório três ou quatro vezes por mês, então não havia problema em estar a 200 quilómetros de distância. “Sendo uma cidade mais pequena, em Castelo Branco é tudo mais acessível, consigo gerir melhor a minha vida e tenho mais tempo para mim fora do trabalho. Além disso, poupo na renda e no passe que pagava em Lisboa”, conta Alexandra Vale, de 26 anos, responsável pelos recursos humanos de uma instituição social. O teletrabalho está a abrir portas para que mais pessoas consigam sair dos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto em direção a cidades mais pequenas, algumas até periféricas, com casas mais baratas, maiores e com espaço ao ar livre, em zonas com bons acessos, suficientemente perto dos seus locais de trabalho para que se possam deslocar quando for necessário. Segundo os especialistas, não está em causa um movimento para o campo, para uma aldeia na serra ou um monte isolado, mas para cidades de média dimensão, com todos os serviços essenciais à mão, como um hospital, comércio e boa cobertura de rede móvel e internet.

“Há indícios de procura de habitação em áreas periurbanas, mesmo já nos limites para o rural, ou em áreas não metropolitanas onde as pessoas se sentem mais tranquilas. Com a pandemia, uma parte das pessoas começou a assumir que se estivesse numa cidade média e não numa área metropolitana, mais distante da multidão, com uma rede de contacto acessível, estaria mais protegida e até podia viver melhor”, explica Jorge Macaísta Malheiros, professor no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa, sublinhando o papel central do teletrabalho ao criar essa hipótese. “Mesmo que se encontre um tratamento ou vacina e se volte à situação que vivíamos em termos de saúde pública, viver em cidades médias, ou seja, em localidades mais pequenas e longe das áreas metropolitanas tenderá a acontecer mais.”

MERCADO “PROMISSOR”

Este tipo de movimento tem sido igualmente registado em países como o Reino Unido e França. Por cá, as agências imobiliárias confirmam uma alteração na procura de casas nos últimos meses, embora considerem ser cedo para saber se é já um novo modelo. “A nova conjuntura tem levado a um certo distanciamento dos grandes aglomerados populacionais, seja para o interior, zonas semiurbanas e rurais ou próximas do mar”, aponta a RE/MAX. Só em junho, o interesse por terrenos para construção subiu 83% e por quintas aumentou 75%, face ao início do ano. Nesse mesmo mês, a procura atingiu

níveis superiores em zonas do interior, mas também noutras próximas do mar. “Ou seja, aparentemente não é o fator ‘interior’ que determina este fluxo”, explica a agência.

Também a ERA Portugal tem identificado a mesma evolução. “O volume mensal de pesquisas por terrenos ou lotes para construção aumentou durante o período de confinamento, tendo registado o pico em abril. Desde essa altura, embora a taxa de crescimento tenha vindo a estabilizar, a procura por este tipo de imóveis continua a registar valores elevados comparativamente ao período pré-pandemia”, indica Rui Torgal, diretor-geral da ERA Portugal.

Procura de habitação tem sido maior no interior, em zonas semiurbanas e rurais ou próximas do mar

Em termos geográficos, afirma o responsável, “é fora das grandes cidades que o interesse por terrenos ou lotes de construção e quintas é maior”, dada a existência de mais alternativas e com preços mais baixos. “Nos últimos quatro meses, regiões como Beja, Castelo Branco, Évora e Portalegre têm mantido os valores de procura registados pós-confinamento.” E esse aumento de interesse, sublinha Rui Torgal, “é impulsionado pelo desejo em ter espaços interiores maiores, áreas dedicadas ao teletrabalho, à prática de desporto e lazer, assim como espaços exteriores amplos, que incluam terraços, varandas e jardins”.

Os meses de confinamento foram um primeiro passo para essa ‘fuga’ das cidades, mesmo que temporária, e algumas famílias instalaram-se em zonas como o Alentejo. As pesquisas pela palavra ‘monte’ no OLX dispararam 62% em maio. As autarquias de Marvão, Monforte, Portalegre ou Beja viram chegar mais gente, embora tenham a perceção de que entretanto regressaram às cidades de origem para o regresso às aulas. Ainda assim, em municípios como Avis, as vendas nos supermercados locais, que funcionam como uma espécie de barómetro, mantêm-se mais altas do que o normal. “Nos últimos meses chegaram-nos pedidos de atribuição de nomes de ruas em locais fora da área urbana para poderem receber correio, além de contactos sobre as redes de telecomunicações para fazerem contratos”, informa a autarquia.

GOVERNO APOIA SAÍDA DOS CENTROS URBANOS

Aproveitando o empurrão dado pela pandemia, o Governo lançou em agosto um apoio ao trabalho no interior, que abrange as pessoas contratadas por empresas sediadas no litoral e que fiquem em teletrabalho num dos 165 concelhos e 73 freguesias de outros 21 municípios com baixa densidade (ver caixa). A câmara de Castelo Branco agarrou a oportunidade e criou o Gabinete de Atração de Pessoas e Investimentos, ao qual têm chegado vários pedidos de esclarecimento sobre incentivos, desemprego, valor das rendas e de infantários, além de contactos de “moradores de grandes centros urbanos com interesse em espaços para teletrabalho”, diz a autarquia.

Sinal de que os padrões de mobilidade estão a mudar é o facto de pontos centrais do país, como o concelho de Torres Novas, estarem a ser mais procurados para reuniões de empresas com funcionários em teletrabalho em cidades diferentes. “Uma das grandes diferenças que sentimos é o grande aumento do aluguer de salas de reuniões por estarmos no centro do país”, afirma Ricardo Lopes, responsável por um espaço de cowork no concelho. Também a mobilidade de Alexandra Vale, entre Castelo Branco e Lisboa, mudou radicalmente. “Se for só um dia ao trabalho, vou e venho de comboio. Se for por mais tempo, levo o carro para poder evitar os transportes públicos em Lisboa”, descreve.

Jorge Malheiros explica que não estará em causa um “esvaziamento” das grandes cidades. “Creio apenas que haverá uma travagem nos processos de concentração e um acentuar do crescimento das cidades médias”, aponta. “Temos elementos que nos fazem pensar numa transição de uma sociedade hipermóvel para uma sociedade diferente. Com mais dispersão geográfica, mas menos mobilidade. Será um desafio bastante interessante.”

INCENTIVOS PARA TRABALHAR NO INTERIOR

As medidas de incentivo do Governo para trabalhar no interior abrangem 165 concelhos e 73 freguesias de outros 21 municípios, incluindo, por exemplo, a costa alentejana

Apoio à mobilidade Quem for trabalhar para o interior, em regime de teletrabalho ou não, tem direito a um apoio que pode ir até €4827, em função do tamanho da família, contando com €878 para mudanças. A medida aplica-se a novas contratações ou pessoas já contratadas (até mesmo por

empresas sediadas no litoral). A deslocação de funcionários públicos para o interior tem incentivos específicos, como mais dias de férias e garantia de transferência escolar dos filhos

Incentivo para contratação As empresas novas ou já existentes que contratem trabalhadores para o interior recebem um apoio durante 36 meses que pode atingir os €1900 por mês. As empresas do litoral que coloquem funcionários em teletrabalho no interior estão abrangidas

Aposta em coworking O Governo vai destinar €20 milhões para a abertura de novos espaços de coworking no interior. A medida não tem data de lançamento definida